



**UEPB**

Universidade  
Estadual da Paraíba

Universidade Estadual da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de Geografia  
Curso de Licenciatura Plena em Geografia  
Campus I – Campina Grande-PB

**JANAINA AVELINO DAS MERCÊS**

**O DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA  
GRANDE-PB: das possibilidades socioeconômicas para a emancipação política**

Campina Grande – PB  
2018

**JANAINA AVELINO DAS MERCÊS**

**O DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: das possibilidades socioeconômicas para a emancipação política**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aretuza Candeia de Melo

Campina Grande – PB  
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M553d Mercês, Janaina Avelino Das.

O distrito de São José da Mata no município de Campina Grande - PB [manuscrito] : das possibilidades socioeconômicas para a emancipação política / Janaina Avelino Das Mercês. - 2018.

48 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Emancipação política. 2. São José da Mata. 3. Condições socioeconômicas.


21. ed. CDD 981.33

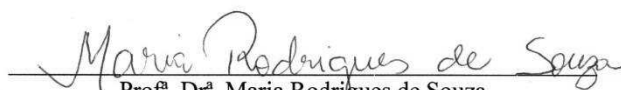
JANAINA AVELINODAS MERCÊS

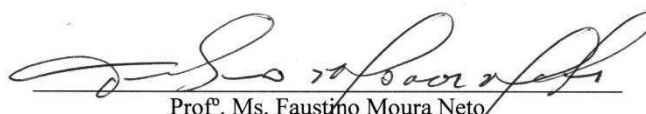
**O DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA  
GRANDE-PB: das possibilidades socioeconômicas para a emancipação  
política**

Aprovada em 13 de junho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Aretuza Candeia de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba  
**Orientadora**

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Rodrigues de Souza  
Faculdades Integradas de Patos (Membro Externo)  
**1º Examinador**

  
Prof.<sup>o</sup>. Ms. Faustino Moura Neto  
Universidade Estadual da Paraíba  
**2º Examinador**

Dedico,

Aos moradores do Distrito de São José da Mata que acreditam num futuro melhor para a localidade, que fazem se presente efetivamente em tudo aquilo que diz respeito ao Distrito - num lugar melhor e que acreditam no seu potencial.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a *Deus*, que é soberano e guia de nossas vidas. Por cada oração atendida e pelos aprendizados que me proporcionou em cada dificuldade vencida.

Aos meus pais, *Seu João e Dona Rosa*, que sempre foram motivos de incentivo e exemplos de pais, figuras protetoras, amáveis e apoiadores de tudo que faz de seus filhos felizes.

A meu esposo *Lucas*, que sempre me desejou o melhor e me apoiou nessa trajetória e a minha filha *Hellen*, que é o amor incondicional de nossas vidas e que representa desde a sua chegada o nosso brilho maior.

Aos meus irmãos *Jackson, Jaqueline, Jasmine, Geimisson e Geizon* pelo incentivo dado em minhas conquistas e por cada ajuda prestada em minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Aos meus amigos de Curso, *Helena Araújo, Germano Martinho, Thais Araújo e Edvania Souza*, que deram um sentido maior a essa caminhada e fizeram dela mais prazerosa com o afeto de suas amizades.

A minha amiga, *Renally Maially* por cada palavra de incentivo, apoio, aconselhamento e orações dedicadas a mim.

A minha orientadora, Prof. *Dr<sup>a</sup>. Aretuza Candeia de Melo*, por sua dedicação, instrução e paciência para a realização desse trabalho.

Aos meus professores, em especial *Prof. Dr<sup>o</sup> Everaldo Lisboa* que me encorajou e incentivou a nunca desistir da vida acadêmica e que em sua experiência demonstrou amor ao que faz tornando-se uma referência profissional e humana.

Aos demais *colegas de curso* que jamais serão esquecidos, pois compartilhamos momentos únicos e fizemos deles as melhores trocas de experiências, aprendizados e diversão.

## RESUMO

A emancipação política refere-se à autonomia municipal de uma comunidade, como uma vila e/ou distrito em relação a uma cidade, no qual se deixa de pertencer ao qual se originou, passando a ser uma unidade federativa como Município, com Governo próprio tais como prefeito e vice-prefeito e vereadores, bem como a criação de leis, arrecadação de tributos e impostos próprios. A pesquisa se depara com uma problemática que discute os entraves que não permitiram ainda o desmembramento do Distrito de São José da Mata do Município de Campina Grande-PB, levando em consideração não só as questões políticas, como também os fatores econômicos e urbanísticos do lugar. O objetivo principal desse foi analisar as possibilidades de emancipação política do Distrito de São José da Mata, a partir de seus fatores de crescimento econômico e urbano, bem como investigar se a população era a favor ou contra a emancipação. Tendo em vista o crescimento populacional e econômico de São José da Mata, além desse pertencer ao Município de Campina Grande e devido algumas argumentações e debates ocorridos nos últimos anos sobre uma possível emancipação do lugar. Quando a população foi indagada sobre a emancipação do distrito, os entrevistados relataram que é cada vez mais necessária a sua emancipação, devido aos altos custos e transtornos consequentes da população local diante das diretrizes promovidas pela gestão municipal – Campina Grande. Dos 50 entrevistados, 56% se disseram serem a favor da emancipação, enquanto 44% afirmaram serem contra. A presente pesquisa teve como base os procedimentos metodológicos baseados no método descritivo-quantitativo, no qual esse consiste de um processo que visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo investigado, bem como quantificar a temática e entender a dimensão dela. Esse tipo de pesquisa fornece informações numéricas sobre o comportamento do pesquisador de forma a analisar as condições atuais do distrito de acordo com as opiniões dos moradores locais. Foi utilizada a técnica da coleta de dados através da aplicação de um questionário semiestruturado com os moradores do distrito, cuja população alvo foi de 50 entrevistados, a fim de entender o que esses acham da possível emancipação política e se o distrito está preparado estruturalmente para se tornar um município. Conclui-se que, os moradores do Distrito de São José da Mata possuem opiniões bastante divididas, mas compartilham de anseios por melhorias para o mesmo, sendo elas advindas de uma emancipação da localidade ou não. O distrito possui estrutura populacional, territorial e econômica favoráveis, porém um grande passo como uma emancipação é necessários maiores apoios, incentivos, planejamentos e organização para a localidade.

Palavras chaves: Emancipação. Política. Distrito. Município. Localidade. São José da Mata.

## ABSTRACT

Political emancipation refers to the municipal autonomy of a community, such as a village and / or district in relation to a host city, in which it ceases to belong to which it originated, becoming a federative unit as a Municipality, with Own government such as mayor and deputy mayor and councilmen, as well as the creation of laws, collection of taxes and own taxes. The research is faced with a problem that discusses the obstacles that have not yet allowed the dismemberment of the District of São José da Mata of the Municipality of Campina Grande-PB, taking into account not only the political issues, but also the economic and urban factors of the place. The main objective of this study was to analyze the possibilities of political emancipation of the District of São José da Mata, based on its economic and urban growth factors, as well as to investigate whether the population was in favor or against emancipation. Considering the population and economic growth of São José da Mata, besides belonging to the Municipality of Campina Grande and due to some arguments and debates in recent years about a possible emancipation of the locality. When the population was questioned about the emancipation of the district, the respondents reported that their emancipation is increasingly necessary, due to the high costs and consequent inconveniences of the local population in the face of the guidelines promoted by the municipal administration - Campina Grande. Of the 50 respondents, 56% said they were in favor of emancipation, while 44% said they were against it. The present research was based on methodological procedures based on the descriptive-quantitative method, in which it consists of a process that aims to identify, record and analyze the characteristics, factors or variables that relate to the phenomenon or process investigated, as well as to quantify thematic and understand the dimension of it. This type of research provides numerical information on the researcher's behavior in order to analyze the current conditions of the district according to the opinions of the local residents. The data collection technique was applied through the application of a semi-structured questionnaire with the residents of the district, whose target population was 50 interviewees, in order to understand what they think of the possible political emancipation and if the district is prepared structurally for become a municipality. It is concluded that the dwellers of the District of São José da Mata have widely divided opinions, but shared their desire for improvements to the same, whether they come from an emancipation of the locality or not. The district has a favorable population, territorial and economic structure, but a major step as an emancipation requires greater support, incentives, planning and organization for the locality.

Keywords: Emancipation. Policy. District. County. Location.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Censo Demográfico Paraibano de 2010.....	22
Figura 2 - Localização de Campina Grande com destaque para o Distrito de São José da Mata.....	26
Figura 3 - Alguns equipamentos urbanos do Distrito de São José da Mata.....	31

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Faixa etária dos moradores que almejam a emancipação política do distrito...	33
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de ocupação ou trabalho exercido pela população.....	34
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos entrevistados.....	35
Gráfico 3 - População a favor e contra a emancipação política de São José da Mata.....	36
Gráfico 4 - Principais alegações dos entrevistados a serem a favor da emancipação política do distrito.....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Emancipação Política, Lugar e Território.....	14
1.2 Critérios e Motivos Para Emancipação Política.....	17
1.3 Emancipação Política no Brasil.....	19
1.4 A Paraíba no Contexto das Emancipações e o Distrito de São José da Mata.....	20
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>26</b>
2.1 Localização Geográfica.....	26
2.2 Evolução Histórica.....	28
2.3 Dinâmica Populacional e Econômica.....	29
2.4 Aspectos Educacionais e da Saúde.....	29
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE</b>	

## INTRODUÇÃO

A emancipação política municipal significa o ato de tornar independente de outro lugar, gerando uma autonomia política sobre o seu povo. Com base em Bremaeker (1993), que fez um questionamento similar: por que os distritos querem emancipar-se?. Para o autor essas justificativas possuem íntima relação entre si, como por exemplo, *o descaso por parte da administração do município de origem e sua grande extensão territorial, pois quanto mais distante estiver à população da sede do município mais difícil será atender aos seus anseios*. O Distrito de São José da Mata dista 12km do centro do Município Campina Grande ao qual pertence.

A população do Distrito de São José da Mata anseia a sua emancipação, devido os municípios com autonomia política ofertar uma maior disponibilidade de recursos e serviços de forma mais eficiente para o desenvolvimento do lugar. O objetivo principal desse trabalho foi analisar as possibilidades de emancipação política do Distrito de São José da Mata, a partir de seus fatores de crescimento econômico e urbano, bem como investigar se a população era a favor ou contra a emancipação. Tendo em vista o crescimento populacional e econômico de São José da Mata, além desse pertencer ao Município de Campina Grande e devido algumas argumentações e debates ocorridos nos últimos anos sobre uma possível emancipação do lugar.

Concomitantemente, os objetivos específicos trabalhados foram o de: analisar a expansão das atividades comerciais como fator de possibilidade para emancipação; diagnosticar os benefícios que a possível emancipação traria para a população local; levantar os bloqueios que não permitem ainda que o distrito se torne um município; detectar políticas públicas, projetos e intenções que buscam a realização dessa emancipação; investigar se a maior parte da população é a favor ou contra a emancipação do distrito.

No Brasil existem várias localidades que lutam por sua emancipação e que mobilizam seus habitantes a participarem da luta pela independência municipal. Um fato importante a ser destacado, é quando um lugar esta em busca de sua emancipação política, como é o caso do Distrito de São José da Mata, que envolvem questões populacionais, sociais, culturais, econômicas, políticas e até questões naturais é sem dúvida uma forma de se fazer e viver a Geografia desse lugar, por meio de sua autonomia política emancipatória.

O Distrito de São José da Mata encontra-se inserido ao Município de Campina Grande-PB, há alguns anos vem passando por diversas discussões a respeito de uma possível emancipação política do lugar. É um assunto que vem dividindo a opinião da população local,

que ora são a favor da emancipação, ora são contras, dependendo de seus ideais e/ou interesses.

A grande problemática levantada dessa pesquisa se deu pelo fato do distrito ainda pertencer ao Município de Campina Grande, e o mesmo apresentar equipamentos urbanos superior a de muitos municípios do Estado da Paraíba, como é o caso de Parari, com 1.256 habitantes, enquanto São José da Mata apresenta 13.068 habitantes. Quais seriam os fatores positivos e negativos caso isso ocorra ou não? Qual potencial econômico, social e político que o lugar possui que possa contribuir para que haja a emancipação política.

Este trabalho apresenta-se estruturado em três partes. Na *primeira parte* foi descrita a revisão de literatura na qual se encontra nomeada como Fundamentação Teórica, esta se subdividiu em Emancipação Política, Lugar e Território; Critérios e Motivos Para Emancipação Política; Emancipação Política no Brasil; A Paraíba no Contexto das Emancipações e o Distrito de São José da Mata. Na *segunda parte* foi realizada a Caracterização da Área de Estudo, nesta foi explorada a Localização Geográfica; Evolução Histórica; Dinâmica Populacional; Estrutura Econômica; Aspectos Educacionais e da Saúde. E com relação a *terceira e última parte*, a qual corresponde aos Resultados e Discussão, consiste do relato realizado através da pesquisa de campo, com a coleta de dados, por meio da aplicação de questionários sobre: O Distrito de São José da Mata no Município de Campina Grande-PB: das possibilidades socioeconômicas para a emancipação política.

Para realização desse trabalho, optou-se pelo método descritivo-quantitativo, na qual a técnica utilizada foi à pesquisa de campo, por meio da visita *in loco* de forma aleatória pelas residências e ruas do Distrito de São José da Mata. Essa teve como finalidade entender as relações socioeconômicas, cultural e política do lugar, na perspectiva de uma provável emancipação política do distrito, no qual foi realizada a aplicação de 50 (cinquenta) questionários (semiestruturados) com os moradores do distrito, a fim de obter os dados necessários para essa pesquisa, por meio de conversas informais. Cujas finalidade foi a de obter informação sobre a opinião e o anseio dos mesmos sobre a provável emancipação política do distrito e qual a vantagem desse se tornar um município.

Para a execução deste estudo foi utilizado o método descritivo-quantitativo, uma pesquisa dessa natureza, conforme André (2005, p.51) considera que há três grandes métodos de coleta de dados: (1) Fazer perguntas (e ouvir atentamente); (2) Observar eventos (e prestar atenção nos circunstância mais adequadas em que ocorre o evento); (3) E ler documentos, neste caso documentos oficiais sobre a realidade vivenciada pela população em estudo.

Por fim, houve a utilização de instrumentos fotográficos como câmara fotográfica (teve como objetivo registrar os equipamentos existentes no distrito), alguns softwares como Microsoft Word e Planilha Excel, que auxiliaram para o enriquecimento da pesquisa. O Microsoft Word é um programa de processamento de texto que é usado para escrever, criar, formatar, editar, salvar e imprimir documentos eletrônicos. Nesse caso, foi utilizada para redigir o presente trabalho e formatar, cujo intuito era a impressão final. Já com relação à Planilha Excel, é uma planilha de cálculo, ou seja, é um programa de computador quando lançado os dados no mesmo geram-se tabelas, gráficos, quadros para a apresentação dos dados da coleta de dados. Esse programa foi essencial para a presente pesquisa, para quantificar os dados dos resultados que foram elaborados gráficos e tabela desenvolvidos na Planilha Excel 2010.

# 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 Emancipação Política, Lugar e Território.

O processo de emancipação político-administrativa é a transformação de um Distrito<sup>1</sup> em Município<sup>2</sup>, ou seja, o Distrito deixa de estar subordinado ao município do qual faz parte e passa a constituir um novo Município, com Governo próprio tais como prefeito e vice-prefeito e vereadores, bem como a criação de leis, arrecadação de tributos e impostos próprios. Estes lugares antes dependentes da administração de outros municípios passam a ter sua administração e adquirem independência própria, desvinculado do domínio de origem. Esses distritos passam a ter o *status* de zona urbana<sup>3</sup> (*urbs* ou cidade) e zona rural<sup>4</sup>.

Segundo Alessandri (2007, p.57):

Pode-se dizer a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influencia.

Pode-se considerar que os mesmos intuitos nos quais os municípios foram surgindo, a emancipação de um Distrito também surgem da necessidade de uma organização própria ou de outros interesses que variam de um local para o outro de acordo com as reivindicações de cada lugar. Essa questão está diretamente associada a grande necessidade do ser humano de delimitar seus territórios e/ou lugares.

Conforme Lisboa (2012) os conceitos de território e lugar podem ser dimensionados a partir da seguinte descrição, conforme o autor:

A compreensão do termo território não se restringe a sua situação de conceito geográfico, mas também faz parte do uso corrente de outras ciências, em que é adotado com significados diferentes. Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles é o poder, já que os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente. As fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área alcançada por essas relações de poder, sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas como, por exemplo, subdivisões estaduais internas. Da mesma forma que ocorre com vários dos demais conceitos, podemos identificar ter-

<sup>1</sup> O distrito também denominado de distrito municipal é uma pequena unidade administrativa de um município (PENA, 2007).

<sup>2</sup> Entende-se o espaço territorial político, por vezes com zona rural e urbanizada, dentro de um Estado e administrado por uma prefeitura (PENA, 2007).

<sup>3</sup> É o espaço ocupado por uma cidade, caracterizado pela edificação contínua e pela existência de infraestrutura urbana, que compreende ao conjunto de serviços públicos que possibilitam a vida da população (TODA MATÉRIA, 2017).

<sup>4</sup> É o espaço compreendido no campo. É uma região não urbanizada, destinada a atividades da agricultura e pecuária, extrativismo, turismo rural, silvicultura ou conservação ambiental. É no espaço rural onde se produz grande parte dos alimentos consumidos no espaço urbano (TODA MATÉRIA, 2017).



ritórios em níveis escalares diferentes como, por exemplo, em escala mundial, nacional, regional, local (p. 28).

O conceito de lugar faz referência a uma realidade de escala local ou regional e pode estar associado a cada indivíduo ou grupo. O lugar pode ser entendido como a parte do espaço geográfico efetivamente apropriada para a vida, área onde se desenvolvem as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às diversas relações estabelecidas pelos homens. Para compreensão deste conceito evoca-se a “valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente”. O lugar significa muito mais do que simplesmente uma localização geográfica, ele está relacionado aos diversos tipos de experiência e envolvimento com o mundo (p. 29).

Além disso, o lugar também se associa ao sentimento de pertencer a determinado espaço, de identificação pessoal com uma dada área. Cada localidade possui características próprias que, em conjunto, conferem ao lugar uma identidade própria e cada indivíduo que convive com o lugar, com ele se identifica. Dessa forma, o lugar garante a manutenção interna da situação de singularidade. As parcelas do espaço geográfico com a qual cada indivíduo se relaciona e interage compõe o seu lugar. Cada pessoa terá um lugar diferente da outra, na medida em que ambas possuem vida e cotidiano diferentes. O lugar possui também íntima relação com os aspectos culturais que marcam cada sociedade (p. 30).

A relação de poder é uma característica humana que vem desde os primórdios da humanidade quando se iniciou o processo de transição do homem do sistema nômade para o sedentário, antes mesmo do surgimento das grandes sociedades na Idade Antiga. Ela ocorreu desde a disputa de pequenas tribos humanas por territórios em busca de sobrevivência até os tempos atuais, no qual se podem constatar os conflitos extremos causando conflitos, invasões, guerras e muita destruição na disputa pelo poder territorial dos lugares a ser ocupados.

O que se ver é que mesmo com o passar de milhares de anos, essa característica do ser humano que consiste em disputar, dominar e exercer poder sobre determinado território que lhe favoreça benefícios não mudou, seja ele um lugar ou a locação de família, seu bairro ou sua cidade, podendo tomar até dimensões maiores dependendo do objetivo que se pretende alcançar sobre estes espaços.

Nesse contexto, pode-se definir simploriamente que a palavra Território refere se a apropriação de uma área dando a ela diversas maneiras de ser trabalhado em prol do seu desenvolvimento, feito por um indivíduo ou uma coletividade. Porém, deve-se destacar essa definição como simplória, pois dentro dessa delimitação de área pode ocorrer uma gama de ações diversificadas; em outras palavras o Território comporta múltiplas relações (SANTOS, 1988).

Ao falar em território não se pode eximir-se da categoria Espaço. Santos em sua obra *Por uma Geografia Nova* (1988) exploram esses conceitos diferenciando espaço e território. Ele afirma que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Portanto, para o autor cita-

do o espaço deve ser visto como uma totalidade envolvendo um conjunto de relações entre formas e funções.

Para associar esse pensamento ao processo de emancipação de municípios deve-se entender que dentre o conjunto de fatores que desencadeia a busca por essa realização, está às formas e funções adquiridas pelo local que mudam ao decorrer dos anos devido seu desenvolvimento ou a própria estagnação não permitindo que novas formas e funções surjam causando principalmente do crescimento econômico do lugar.

Tais definições partem do constante interesse humano de estabelecer e ordenar o seu meio em que vivem. A necessidade do ser humano delimitar seus espaços, lugares, locais, áreas ou territórios é uma característica marcante e que exerce grande influência nas relações sociais e econômicas de poder. Dentro dessas relações pode se encontrar as discussões que levam a luta pela emancipação política de um determinado espaço.

Quais motivos, interesses e quem buscam essa emancipação. É típica do ser humano a constante luta por modificações e construções em sua volta e sabendo dessa característica humana, pode-se entender o processo de Emancipação Política como uma forma de expressão dessa necessidade humana de se organizar sobre determinado território.

Para Silva (2013, p. 760):

A emancipação deve ser pensada em todos os níveis: político, social, econômico, cultural, epistemológico e, acrescentamos: religioso. “A luta pela emancipação é um processo complexo, que envolve o campo das ideias e da realidade concreta, das práticas e das vivências dos sujeitos no tempo e no espaço”.

Conforme Giddens (1991, p. 37) a emancipação é:

Um processo vinculado a uma política emancipatória inclui uma política social de auto-realização e possibilidades de uma vida de satisfação pessoal para todos os indivíduos em um processo de luta constante por um mundo melhor e onde o homem não seja escravo de algum modo de produção material ou um ser alienado nas mãos daqueles que detém os meios de produção.

No caso do processo de Emancipação Política, pode-se entender que o território pode se visto na forma de controle administrativo, jurídico, econômico, político, fiscal e efetivo de uma determinada área. Trata-se de um espaço apropriado definido por fronteiras, mas que em bom funcionamento cria uma aproximação entre a vida cotidiana e o poder público tornando possível uma melhoria na cultura participativa da população (BORDO; SILVA; NUNES, 2004). Assim, quando um Distrito está em luta por sua emancipação este lutará por um conjunto de fatores que também inclui a participação efetiva da população local.

## 1.2 Critérios e Motivos Para Emancipação Política

Tramita um Projeto de Lei no Senado Federal Brasileiro N° 199 de 2015, que aborda a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. O PLS 199/2015 resgata todo o conteúdo do PLS 104/2014 vetado pela presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2014, sendo a segunda proposta desse tipo a ser vetado pela presidente, pois em 2013 o PLS 98/2002 também não teve sucesso. O PLS 199/2015 trás critérios como exigências de população mínima, regras para apresentação das propostas da fusão ou desmembramentos de municípios e realizações de plebiscitos para consulta da população interessada. Os três PLS tem autoria do Ex-Senador Mozarildo Cavalcante (BRASIL, 2016).

Conforme o Projeto de Lei N° 199 de 2015, o procedimento preliminar segundo o texto do atual Projeto emite que, quanto ao plebiscito à apresentação do requerimento deve estar apoiada por 20% do eleitorado do lugar com pretensão de emancipação e desmembramento e no caso da área com intenção de fusão ou incorporação deve haver 3% do apoio da população eleitoral.

Quanto a exigência de população mínima, os números dependem da região em que se encontra a área a ser emancipada, sendo igual ou superior a 6 mil habitante nas regiões Norte e Centro-oeste, 12 mil na região Nordeste e 20 mil nas regiões Sul e Sudeste. Também terão que ser feitos estudos de viabilidade municipal e ambiental, pois as áreas urbanas não devem estar dentro de reservas indígenas, área de preservação ambiental ou terreno pertencente à União (BRASIL, 2016).

Segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios em 2008, estão em aberto no Brasil 418 processos de emancipações distribuídos em 11 Estados, mas que não totaliza o número total de novos municípios, pois muitos distritos pretendem realizar o processo de fusão se tornando um único município, no entanto a pesquisa revela o fato de que:

Com a aprovação da nova lei que irá regulamentar os requisitos para o processo de criação de novos municípios, esses novos municípios não serão automaticamente instalados. Se esses distritos ainda tiverem interesse em dar continuidade ao processo de emancipação terão que rever os trâmites e obedecer a todos os novos parâmetros ditados pela futura Lei (pag.1).

Ou seja, mesmo com os processos em abertos os distritos terão que se readequar aos critérios ditos pela nova lei. Os Estados que não possuem processo em abertos são: Acre, Alagoas, Amazona, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Rio Grande do norte, Rio de Janeiro, Roraima, Paraná, Paraíba, Sergipe e Tocantins, porém os mesmo poderão reabrir os processos, após aprovação da nova lei (CNM, 2008).

Tendo em vista essa batalha de muitos distritos municipais pela busca da emancipação política e administrativa, é preciso entender os motivos nos quais os mesmos buscam esse processo. Para esclarecimento dessa questão na década de 1990 foram feitas várias pesquisas a respeito. A abordagem feita por Magalhães (2008) cita três autores que desenvolveram a pesquisa: Bremaeker, Cigoline e Noronha. Os autores buscaram justificativas para tais anseios e encontraram justificativas que revelam que as respostas para essa questão dependem das características de cada lugar e que são bastante diferenciados ao longo do território brasileiro.

- A pesquisa de Bremaeker se dá por meio de questionários enviados para prefeitos de novos municípios em 1992, que de acordo com a porcentagem das respostas foi constatado que os municípios se emanciparam por motivos de descaso por parte da administração do município de origem (52,2%), existência de forte atividade econômica local (23,3%), grande extensão territorial do município de origem (20,8%) e aumento da população local (1,4%) - (apud MAGALHÃES, 2008).
- A pesquisa de Cigolini foi realizada em 1999 em 22 municípios do Paraná que se emanciparam no ano de 1990. Segundo seus resultados os motivos são: a existência de condições econômicas favoráveis (60%) anseios da comunidade local (22%) realização de plebiscitos (18%) - (apud MAGALHÃES, 2008).
- A pesquisa de Noronha foi feita por meio de entrevistas à população de 17 municípios do Rio de Janeiro emancipados entre os anos de 1985 a 1993. Os números da pesquisa mostram que sete desses municípios se emanciparam para evitar a estagnação econômica; seis por possuírem condições econômicas favoráveis e quatro por razões políticas (apud MAGALHÃES, 2008).

Embora os motivos sejam diferentes para cada pesquisa pode-se fazer a interligação dos mesmos, pois sabendo do potencial econômico surgem interesses tanto da população quanto de políticos, a realização de plebiscitos revela a opinião da população, muitas vezes a extensão do território causa descaso da administração ou o aumento da população desperta os anseios da comunidade local visando não só a potencialidade, mas também a própria preocupação com a estagnação. Todos esses fatores estão significativamente ligados e refletem as ideias de cada lugar.

Outro fator de grande importância que implica na criação de novos municípios é o Fundo de Participação de Municípios (FPM) que é um repasse constitucional da União para os Estados e Distrito Federal baseado na arrecadação de Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que participa com 23,5% do valor dessa arrecadação. A

distribuição é feita de acordo com o número de habitantes dos municípios, sendo fixadas faixas populacionais as quais cabe um coeficiente individual (BRASIL, 2011).

Cabe ao IBGE divulgar as estatísticas populacionais obtidas anualmente e ao Tribunal de Contas da União, com base nessas estatísticas, publicar no Diário Oficial da união os coeficientes dos municípios. Os critérios utilizados para calcular o coeficiente da participação dos municípios estão baseados na Lei nº 5.712/66:

Art. 1º Esta Lei regula, [...] o sistema tributário nacional e estabelece, [...] as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar (BRASIL, 1966).

Quanto à criação do Fundo de Participação dos Municípios pertence ao Decreto-Lei Nº 1.881/81 que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (BRASIL, 1981). Os motivos pelos quais um novo município é criado variam bastante, mas para que sejam fundamentados é preciso que sigam a risca os critérios que estão mais rígidos. É preciso que os municípios que desejam se emancipar atenda as novas exigências e os que não possuem essas características devam se readequar.

### **1.3 Emancipações Políticas no Brasil**

Foi a partir da década de 1930 que se iniciou o processo de Emancipação Política no Brasil, o qual posteriormente foi se intensificando em meados de 1950 a 1960, sendo restringido pelos governos militares, mas que voltou a se intensificar após o fim do regime militar. Porém, foi com a Constituição Federal de 1988 que de fato ocorreu uma acelerada criação de novos municípios no país, pois a partir daí competia à esfera estadual a regulamentação e criação de parâmetros que permitia a criação de novos municípios.

Devido esse fator, ocorreu o aumento na demanda da criação de novos Municípios visto que o Estado teria vantagens aumentando seu número de entidades políticas municipais. Os municípios passaram a serem consideradas entidades federativas, sendo a eles atribuído um papel mais relevante na administração pública brasileira, pois passaram a formar a Federação, assim como os Estados e o Distrito Federal. Os mesmo adquirem competências tributárias próprias e arrecadação de impostos, daí a vantagem tirada pelo Estado, mas por outro lado tornou se obrigação de cada município cumprir o papel da instalação dos serviços públicos básicos (MAGALHÃES, 2008).

Para diminuir essa demanda na criação de municípios o Congresso Nacional promulgou em 1996 a Emenda Constitucional nº 15 que prevê a aprovação de uma lei complementar

que regulamenta os critérios para a efetivação das emancipações dos Distritos, como se pode ver abaixo o §4º do art. 18 da Constituição:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Desse modo, a criação de novos municípios permanece mediante lei estadual. Porém, passa a depender de consulta prévia Federal, seguindo as exigências dessa emenda. Após essa emenda, muitos Estados paralisaram as requisições para emancipações, arquivaram os que já estavam em andamento e muitos ficaram em aberto, porém estão parados.

Um exemplo do problema que estava sendo gerada devida essa grande demanda na criação de novos municípios também pode ser visto entre as décadas de 1991 e 2000, onde foram criados 1.016 municípios, acrescentando-se uma média de 101 novos municípios a cada ano chegando assim ao número de 5.507 municípios em agosto de 2000 (IBGE 2000). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Brasil tem atualmente, 5.564 municípios.

Alguns desses municípios com população maior que a de vários países do mundo a exemplo de São Paulo que possui 11.253.503 habitantes e outros com menos de mil habitantes a exemplo de Serra da Saudade em Minas Gerais que possui 815 habitantes. Também alguns com área maior do que vários países do mundo e outros com menos de 4 km<sup>2</sup>. Com exceção de regra os maiores estão localizados nos principais estados. Além disso, a falta de análise sobre a real potencialidade dos Distritos, pois muitos não possuíam de fato uma economia local propicia para esse processo (IBGE, 2010).

Isso causou um grande desequilíbrio, pois grande parte passou a exercer a função das chamadas cidades dormitórios, onde a maior parte de sua população trabalhista passa o dia trabalhando em municípios de grande porte e com ofertas de empregos e retornam para seus municípios residentes ao fim do expediente, pois o mesmo não oferece essa necessidade.

#### **1.4 A Paraíba no Contexto das Emancipações e o Distrito de São José da Mata**

Com a Constituição Federal de 1988 que permitiu uma grande demanda na criação de novos municípios por todo o país, a Paraíba não ficou de fora, tendo a criação de 52 novos municípios na década de 1990, acompanhando o processo de emancipações que estava ocorrendo em vários Estados brasileiros sob a influência dessa prerrogativa. Todavia essa não é uma discussão atual, pois a criação de novos municípios no Estado

se dá de forma progressiva desde o século XIX e que veio a se intensificar no século XX, como afirma Bezerra (2006, p.75):

[...] o debate relativo à criação de novos municípios na Paraíba não está restrito apenas à atualidade. Na República, esta passou a ser uma discussão recorrente, relacionada à trajetória de organização do Estado brasileiro, delineada sob orientações que se diferenciam quanto às esferas de poder cabíveis aos entes federados.

Segundo (BEZERRA, 2006), para analisar a história da Paraíba no contexto da criação de novos municípios, devemos definir três etapas fundamentais que mostram o desenvolvimento desse fato importante no que diz respeito à distribuição da organização política-administrativa do Estado. São elas:

- O fim da ditadura do Estado Novo;
- O período do regime militar; e o período dos anos de 1990 que como já foi dito teve uma explosão de criação de novos municípios, não apenas na Paraíba, mas em todo o país.

Com o fim da Ditadura do Estado Novo, mas especificamente sob a influência da Carta de 1946, ocorre um processo democrático com relação à política no Brasil, tendo como resultado a garantia de direito ao voto. Esse fato torna assim, uma eleição mais competitiva e disputada, o que gera interesse dos candidatos a fim de garantir sua posição, levando os mesmos a buscar meios que delimitem seus espaços de mandos (BEZERRA, 2006).

Outro fato de grande importância para esse mesmo período é que com a constituição de 1946, os estados ganham maior autonomia, mesmo com suas leis ainda serem de responsabilidade do estado pertencente. Com ela os municípios adquirem mais valorização. O que ocorreu nesse caso foi a confusão de conceitos, onde autonomia que se refere à garantia condições para o sustento do lugar foi confundida com criação de municípios nos quais foram totalmente surgindo a fim de interesse políticos e eleitorais.

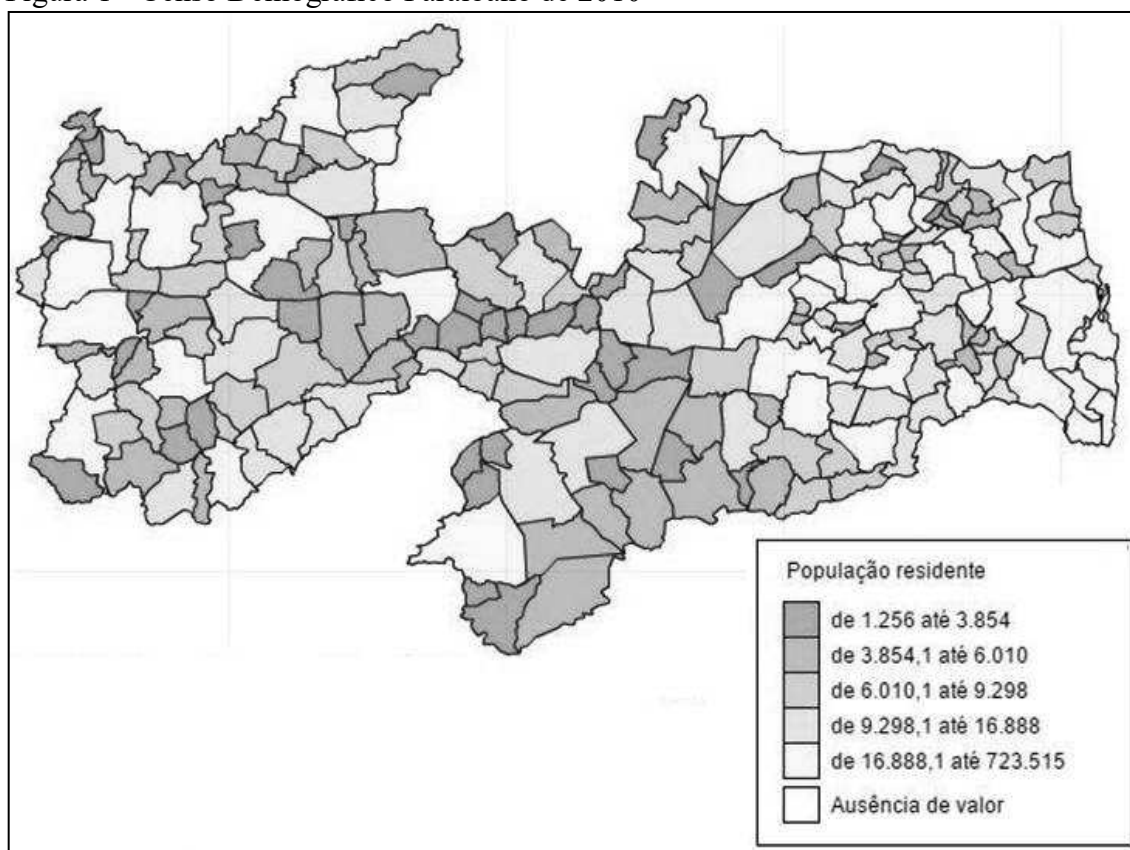
O resultado desses dois fenômenos foi refletido em números, pois entre as décadas de 1950 e 1960 ao todo foram criados 130 novos municípios, sendo 73 nos anos 1950 e 57 nos anos 1960. Dessa maneira, a divisão política-administrativa paraibana, passou a totalizar 171 entidades, distribuída em seu território (BEZERRA, 2006).

Durante o Regime Militar, que se deu entre os anos de 1964 a 1985, na Paraíba não houve nenhuma nova criação de municípios, pois ocorreu uma verdadeira estagnação desse processo, não só no Estado paraibano, mas em todo país, sendo um reflexo das medidas autoritárias e restritas vividas no período. A criação de novos municípios

passou a ser responsabilidade da Federação e foram impostos novos critérios que tornava ainda mais inviável esse processo (BEZERRA, 2006).

Ocorreu nos anos de 1990 na Paraíba a criação de 52 novos municípios apoiados na Lei Complementar nº 24/1990 que gerou uma explosão na demanda da criação de novos entes federativos espalhados por todo o país (BEZERRA, 2006). A Paraíba conta atualmente com 223 municípios, fazendo parte de seu território sendo os menores municípios formados por 1.256 habitantes e os maiores com 723.515, como mostra os dados na Figura 1 referente ao Censo Demográfico de 2010.

Figura 1 - Censo Demográfico Paraibano de 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Na Paraíba existem distritos ainda que permanecem ligados ao seu município de origem devido algumas variáveis que impedem a sua emancipação. Faz parte desse caso o Distrito de São José da Mata pertencente ao Município de Campina Grande-PB, sendo ele um lugar habitado por pouco mais de 18 mil habitantes (Zona Rural e Urbana) e que vem passando por um crescimento tanto populacional como em suas atividades econômicas, tais como o setor comercial, serviços, educacional, saúde dentre outros que são ferramentas fundamentais e características das cidades.



Salgueiro e Cachinho (2009, p.9) dizem que:

O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza a sua existência, explica a sua organização e justifica muito do seu movimento e animação que nesta acontece. [...] no comercio reside o verdadeiro embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, de troca em sentido lato e de produção de inovação.

São José da Mata é um distrito que tem origem comum a de muitos outros, sendo a partir de uma pequena comunidade religiosa, mas que posteriormente, foi se formando um pequeno comércio baseado em agricultura familiar, que servia para atender as necessidades tanto dos núcleos familiares residentes no local como de outros que por ali passavam.

Para Araújo (2010), com o passar dos anos a comunidade foi crescendo aos poucos, tanto em nível populacional como em desenvolvimento. O Distrito ganhou um mercado central (Figura 02), no qual as pessoas comercializavam produtos advindos da agricultura familiar, na década de 1950 ocorre à chegada da energia elétrica por meio de motores, e um fato de grande importância para esse crescimento é que a localidade era cortada pela estrada que dava acesso ao sertão do estado e que servia de trajeto para as pessoas que vinha de outras cidades comercializarem na cidade de campina grande e no litoral.

A pequena comunidade que surgiu em torno de uma simples Capela, ao longo do tempo, vai ganhando atrativos que trás para si o seu crescimento populacional e econômico. Embora a localidade tenha ganhado crescimento ao longo dos anos sua administração continuou ligada ao município no qual seu território pertencia.

Hoje em dia podem-se analisar alguns fatores que contribuem para uma possível emancipação do Distrito. Atualmente o setor que mais vem crescendo no lugar é justamente o ramo comercial, apesar da comunidade não contar com uma feira, existe variados comércios formais e informais disputando espaços. O comercio com sua grande importância econômica se mostra bastante variado e atende a maioria das necessidades básicas de consumo para a população local do Distrito.

Além disso, o distrito ainda se encaixa nos principais critérios exigidos pela Lei de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, citada anteriormente, para que esse processo ocorra no lugar. Esse crescimento também tem agido sob o aspecto paisagístico do Distrito. Existe uma disputa entre residências e comércio que se misturam ocupando o mesmo espaço. Mas também existem espaços que antes tinham

função de moradias familiares e que hoje estão ocupados por lojas, supermercados e serviços, causando uma centralização dessas atividades.

O que se ver é que além da questão espacial e sua forma de organização a paisagem do lugar vem mudando de acordo com o seu crescimento. Para Carlos (2007, p.35), “a paisagem urbana aparece como um "instantâneo", registro de um momento determinado [...] tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial [...]”. Ou seja, o que se ver hoje nas ruas do distrito são as mudanças ocorridas com decorrer dos anos, reveladas através da paisagem que registra o momento, mas que pode ser modificada de acordo com o seu desenvolvimento.

Durante os processos de emancipações ocorridas no Estado da Paraíba, o Distrito de São José da Mata tentou se emancipar apenas uma vez, sendo na década de 1990. Nesse período a tentativa foi falha não recebendo a aprovação do Senado federal, embora a tentativa tenha ocorrido num período de explosão nacional em criação de novos municípios como foi visto anteriormente, a tentativa foi barrada.

Atualmente o distrito continua na luta por sua emancipação e depende da aprovação do Senado Federal por meio da Lei Complementar nº 199/2015, para que se possam iniciar as etapas do processo de emancipação como o plebiscito. Assim, entende-se em primeiro caso que uma das barreiras que impedem o distrito de se emancipar trata-se de questões políticas. Uma vez aprovada a Lei e iniciado o processo, o prosseguimento dependeria do resultado do plebiscito.

Pensando em benefícios que essa emancipação traria para o lugar, pode-se destacar a possibilidade de maiores investimentos, pois o mesmo passaria a receber um Fundo de Participação de Municípios (FPM), que seria de grande importância para o lugar. Sendo um dos motivos que levam a luta por essa emancipação a falta de maiores investimentos no lugar por parte do poder público, esse FPM seria repassado diretamente para o novo município podendo gerar investimentos necessários para a melhoria da população local. Acompanhando o pensamento de Bezerra (2014, p. 5), a falta de maiores investimentos no distrito em torno dos desejos emancipacionistas são:

Os discursos emancipacionistas foram construídos à luz de um significante comum: os distritos (área geográfica postulante à emancipação) têm potencial de crescimento, mas estão “abandonados”, “condenados ao esquecimento”, na medida em que não são contemplados pelas prefeituras municipais, cujas ações se “concentram” na sede municipal. Por isso, estão atados à receita de que a redenção dos territórios distritais passa pela emancipação política.

É comum encontrar nas falas das pessoas que estão a favor das emancipações de seus distritos discursos correlatos como o que Bezerra cita. No caso de São José da Mata não é diferente, pois dentre os discursos dos que estão a favor da emancipação está o de que não existem maiores investimentos no lugar e que para mudar essa situação o único meio seria a emancipação.

Por outro lado, a parte dos moradores que não concordam com a emancipação, os discursos ouvidos são de que a corrupção política poderia afetar a nova cidade já que grupos políticos que atuam no distrito há anos poderiam tirar proveito e criar no lugar um meio para benefícios próprios. Outros afirmam que a localidade não se estrutura economicamente e que seria estagnada assim como ocorre em tantas outras cidades de pequeno porte espalhadas não só na Paraíba, mas em outras partes do Brasil.

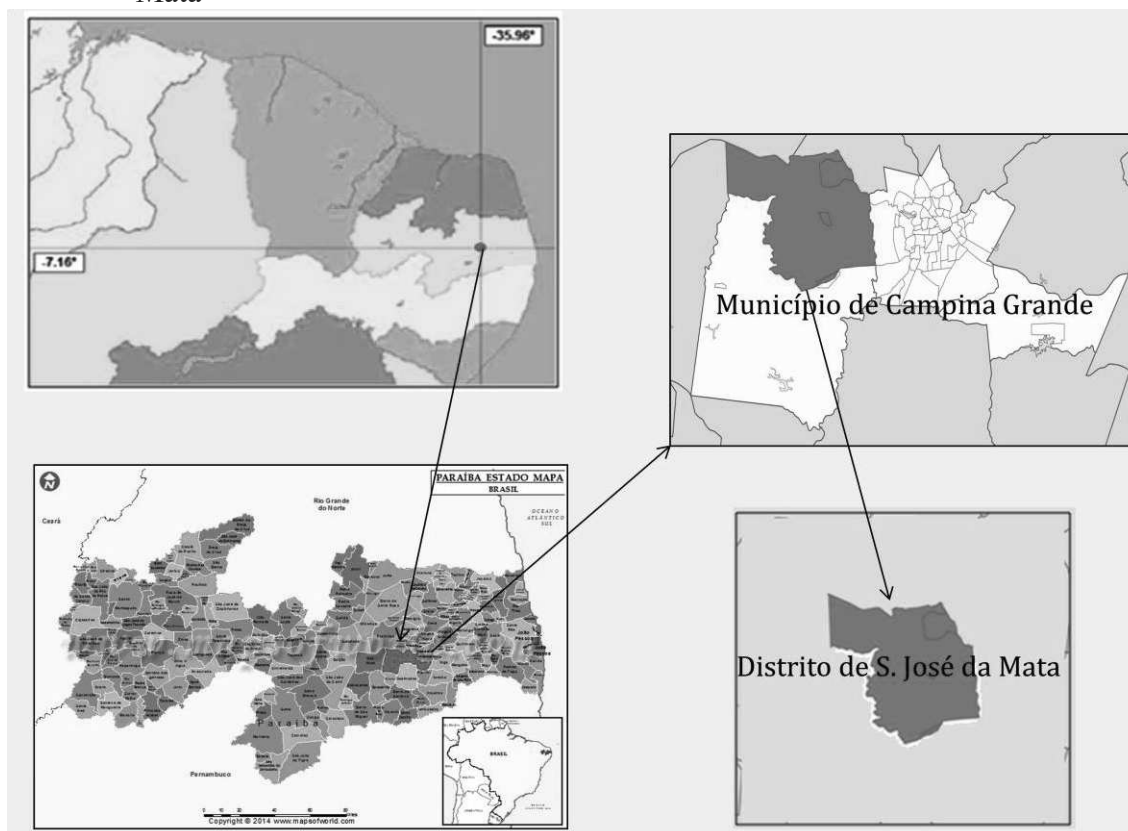
Embora, como foi dito que a falta de maiores investimentos no Distrito tenha sido apresentado como um dos motivos que levam a manifestação de muitos pela emancipação do lugar é preciso levar em conta a estrutura econômica, social e política já existente no distrito. É preciso que se conheçam os aspectos estruturais que pode dizer se o distrito está apto ou não a se sustentar como uma nova cidade. Pois mesmo que um lugar não se desenvolva por falta de investimentos é necessário que se tenha uma base que assegure o seu sustento próprio.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 2.1 Localização Geográfica e Física

O Distrito de São José da Mata localiza-se na região Nordeste no Estado da Paraíba, na Microrregião Campina Grande e na Mesorregião do Agreste Paraibano integrado ao Município de Campina Grande, o qual conta com 04 distritos: Catolé, Galante, Marinho e São José da Mata. Encontra-se na Zona Noroeste do Município de Campina Grande entre as Coordenadas Geográficas 7° 10' 54.75" S 35° 59' 05.29", distando 12 Km do centro da cidade. Limita-se ao norte com os Municípios de Puxinanã e Lagoa Seca, a leste Boa Vista e Pocinhos, ao sul e a oeste com a Sede do Município de Campina Grande (Figura 2).

Figura 2 - Localização de Campina Grande com destaque para o Distrito de São José da Mata



Fonte: Mapsofworld (2017) e WIKIMAPIA (2017).

Sua área territorial é de 126,86 km<sup>2</sup>, dividido zona urbana em 22 localidades rurais, são eles os Sítios: Bosque I, Bosque II, Bosque III, Cajazeiras, Campo D'angola, Capim Grande, Castelo, Chã do Bosque, Sítio Covão, Felix Amaro, Gaspar, Grotão, Lagoa de Dentro, Lagoa de João Gomes, Monte Alegre, Mumbuca, São José da Mata, Santo Izidro, Serrotão, Serra de Joaquim Vieira I, Serra de Joaquim Vieira II e Tambor.

O Distrito é cortado pela BR 230 e seus limites municipais, no contexto do Município de Campina Grande foram definidos em 1952 pela Lei Nº 863, ficando definido que:

Ao norte começa na Catarina, no ponto de encontro da estrada do Serrotão na Fazenda Viúva Catão, acompanha a estrada que vai de á (sic) Lagoa de Dentro, até atingir a rodagem de Campina Grande ao Sertão, segue pela referida estrada, até a entrada da antiga rodagem de puxinanã, passa pelo Campo Dangola, Lagoa de João Gomes, Queimadas, daí em linha reta, até o Riacho Angico, indo pelo seu leito até a Central Campina ao sertão no pontilhão do Rio Branco, pela estrada Central até encontrar a rodagem Boa Vista no lugar da Farinha.

Ao sul, começa no lugar Lucas, divisão da propriedade de Dona Merquinha na carroçável Campina a Boa Vista, segue por esta até o lugar Estreito, daí, pela estrada do Boi velho, Varzea de Junco, Caluete, passa por terras de Victor Salvino, acompanhando a estrada que vai ao Inocêncio, seguindo Olho D'água, pela estrada Cerretão da Farinha, na central de Boa Vista. Limitando-se com o Distrito de mesmo nome. Ao Leste começa na Catarina, no encontro da estrada de Lagoa de Dentro, vai por uma carroçável até o Serrotão, daí pela divisão do Cercado de Juvino do Ó, em direção ao Sul, até a cerca de Dona Merquinha seguindo-a até a estrada Campina Grande-Boa Vista no lugar Lucas (ARAÚJO, 2010. p. 40).

Segundo a CPRM (2005), o distrito está incluído na área geográfica de abrangência do Semiárido brasileiro. Faz parte da unidade geoambiental do Planalto da Borborema. O relevo apresenta vales profundos e acidentados, com pequenas serras, cortadas por riachos temporários, cheio apenas nos períodos chuvosos e cotas altimétricas entre 650 metros a 1.000 metros.

O clima de São José da Mata é do tipo tropical semiárido, cuja fórmula climática de Koppen e Geiger é As. Com temperaturas médias bastante amenas (com inverno iniciando em maio e terminando em agosto), na qual as máximas chegam a atingir 25°C e mínimas de 20°C (CPRM, 2005).

A vegetação do distrito encontra-se sobre o Bioma Caatinga de domínio Semiárido, formada por florestas subcaducifólicas e caducifólicas, próprias de áreas agrestes. Apresenta orquídeas, samambaias e bromélias e ipês, além de espécies vegetais típicas de Mata Atlântica, como a barriguda (*Chorisia speciosa*), palmáceas, cactáceas, legumináceas e bromeliáceas entre outros.

Quanto aos solos, sua fertilidade é bastante variada, com predominância de média para alta. As classes de solos mais frequentes foram classificadas em três tipos: os PLANOSSOLOS ocorrem nos vales dos rios e riachos, PODZÓLICOS são solos profundos, textura argilosa e LITÓLICOS apresentam-se nas áreas mais elevadas, rasos, textura argilosa, ocorrendo à influência ainda de afloramentos de rochas (CPRM, 2005).

São José da Mata encontra-se sobre o domínio da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, região do Médio Paraíba. Os riachos do distrito são todos temporários, dependendo exclusivamente dos períodos chuvosos, que ocorrem entre maio a agosto. Todos os cursos de água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (CPRM, 2005).

## 2.2 Evolução Histórica

São José da Mata é um Distrito que teve suas origens a partir da reunião de um grupo de pessoas residentes ao redor de uma pequena Capela por volta de 1936, onde se celebravam missas, novenas, casamentos e a festa do Padroeiro São José. Portanto, foi fundado pelo português João Miguel Leão, grande latifundiário, descendente de D. João VI, filho de Inácio Leão, nobre e grande latifundiário em Alagoas. E elevado à categoria de Distrito pela Lei Estadual n.º 318, de 07 de janeiro de 1949 (PMCG, 2014).

A princípio, na concepção dos sujeitos sociais que elaboram a história de São José da Mata, o distrito era um pequeno núcleo populacional rural, que atraía as pessoas dos mais variados sítios para celebrações religiosas. Sendo essas celebrações realizadas numa pequena capela construída aproximadamente em 1936 pela Salvino de Oliveira, onde ali eram realizadas as missas, novenas, batizados, casamentos e etc. (ARAÚJO, 2010, p. 27).

Esse fato caracteriza o surgimento de uma pequena comunidade católica e que por sua vez também explica a origem do seu nome. O distrito recebeu o nome de São José da Mata graças a um padre da localidade, conhecido por José Medeiros Delgado que batizou a pequena comunidade em homenagem não só ao Santo Padroeiro do lugar que é São José, mas também “José” por ser o seu próprio nome e a José Miguel Leão doador, posteriormente, do terreno no qual foi construída a igreja maior existente até hoje, que substituiu a pequena capela, por volta de 1944 (ARAÚJO, 2010).

O distrito contava como via de principal a cesso a estrada que dava acesso ao sertão do Estado na qual, hoje foram substituídas pela BR 230, que também corta a localidade com a mesma função de dar acesso às cidades sertanejas. A antiga estrada permanece no lugar sendo conhecida como a “Estrada Velha”, mas que não serve mais como via de acesso para outras cidades.

O fato de o distrito ser cortado pela estrada que dar acesso a outras cidades como Puxinanã, Pocinhos, Boa Vista e também as cidades sertanejas permite que haja um trânsito de pessoas passando pelo lugar, isso fez com que um pequeno comércio se esta-

belecesse no lugar e o distrito ainda não possui um mercado central. O que se chama de mercado é uma área localizada numa praça.

### **2.3 Dinâmica Populacional e Econômica**

De acordo com o levantamento demográfico realizado pelo IBGE, a população do Distrito de São José da Mata no ano de 2010 foi estimada em 13.068 habitantes, sendo que deste total 53% são mulheres e 47% são homens, com uma densidade demográfica de 103,01 hab./Km<sup>2</sup>. A maioria dos habitantes reside na zona rural, caracterizando como um distrito de características agrícola e de pequenas propriedades na sua maioria (IBGE, 2010).

A economia local do Distrito de São José da Mata gira em torno basicamente do comércio varejista, formado por supermercados e pequenos estabelecimentos particulares que atende as mais diversas necessidades dos moradores do distrito, como materiais escolares e do lar (armarinhos), lojas de roupa e calçados, materiais de construção, posto de gasolina, lojas de conserto eletrônicos, comércio informal de frutas e legumes, loja de móveis e eletrodomésticos, restaurantes, lojas de vendas de automóveis, veículos e de peças, dentre outros serviços que atendem as necessidade básicas da população.

Com relação ao setor industrial existem pequenas fábricas de produção de luvas em couro, a primeira fábrica de aviões de pequeno porte, na qual produz aeronave de origem Americana da Empresa Volato Aeronaves 400 de uso empresarial, inaugurada no ano de 2016, fábrica de poupas de fruta. E quanto ao setor agrícola existem granjas de pequenos e médios portes, agricultura familiar e pecuária.

O distrito não possui uma feira centralizada, ou seja, um Mercado Público para a comercialização das mercadorias, porém dispõem de pequenos comércios informais distribuídos pelas principais ruas e também em pontos estratégicos as margens da Rodovia Federal - BR-230, por onde passa um considerável fluxo de veículos com destino as outras cidades próximas e do interior do Estado. A movimentação na rodovia se intensifica à medida que se aproxima o final de semana, aumentando assim o número de vendas para os comerciantes do lugar.

### **2.4 Aspectos Educacionais e da Saúde**

São José da Mata possui 14 estabelecimentos de ensino, deste total, 13 são escolas municipais de Ensino Fundamental que estão sob a responsabilidade do SEDUC

(Secretaria de Educação e Cultura), tais como Escola Antônio Alves de Araújo, Gabriel Soares, Inácio Gomes de Maria, Inácio Luís de Lima, José Gomes Avelino, José Leão dos Santos, Luís Juvino Gomes, Maria Salomé Alves dos Santos, Pinheiro Guedes, Professor Luís Gil, Professor Mauro Luna, Professor Pedro Otávio e São Clemente, além de duas Creches Municipais da Pré-Escola – a Karine da Silva e a Vaneuza Rodrigues todas mantidas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.

E uma escola estadual, mantida pelo Governo do Estado da Paraíba, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Miguel Leão. O distrito tem sido beneficiado com a reforma de várias escolas e creches estando instaladas tanto na zona urbana como na rural. Portanto, São José da Mata é o distrito do município de Campina Grande com o maior número de escolas e alunos matriculados.

Na área da saúde o Distrito de São José da Mata é assistido pela Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande, através de assistência médica por meio do Centro de Saúde Severino Bezerra Cabral, que atende a população oferecendo serviços de atendimento básico materno e infantil, serviço odontológico, laboratório de análise clínica e fisioterapia, e conta com várias Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) – Unidade Beija-flor, Unidade Colibri, Unidade Sabiá, Unidade Pardal e Unidade Bem-te-vi.

Não há na localidade uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que funcione 24 horas por dia; na qual a população em casos mais complexos destina-se à cidade de Campina Grande para poderem ser atendidos nas UPA's ou em hospitais públicos como o Hospital de Urgência e emergência Frei Damião. Caso fosse construída uma UPA no distrito, esta ajudaria a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais municipais da cidade.

Em síntese, o distrito conta com 1 Centro de Saúde; 5 Unidades Básicas de Saúde da Família, situados na zona urbana 2 e rural 3, beneficiando principalmente a população local. O distrito ainda conta com um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e um Centro de Referência de Assistência social (CRAS).

Nos aspectos relacionados a saúde pública por meio do sistema de saneamento básico o distrito conta, em quase sua totalidade com rede de esgoto, coleta de lixo e rede de distribuição de água potável, com uma adutora (caixa de água) que distribui água para o distrito. A distribuição de água é responsabilidade da Empresa CAGEPA, órgão do Estado da Paraíba que gerencia a distribuição de água para todo o Estado.

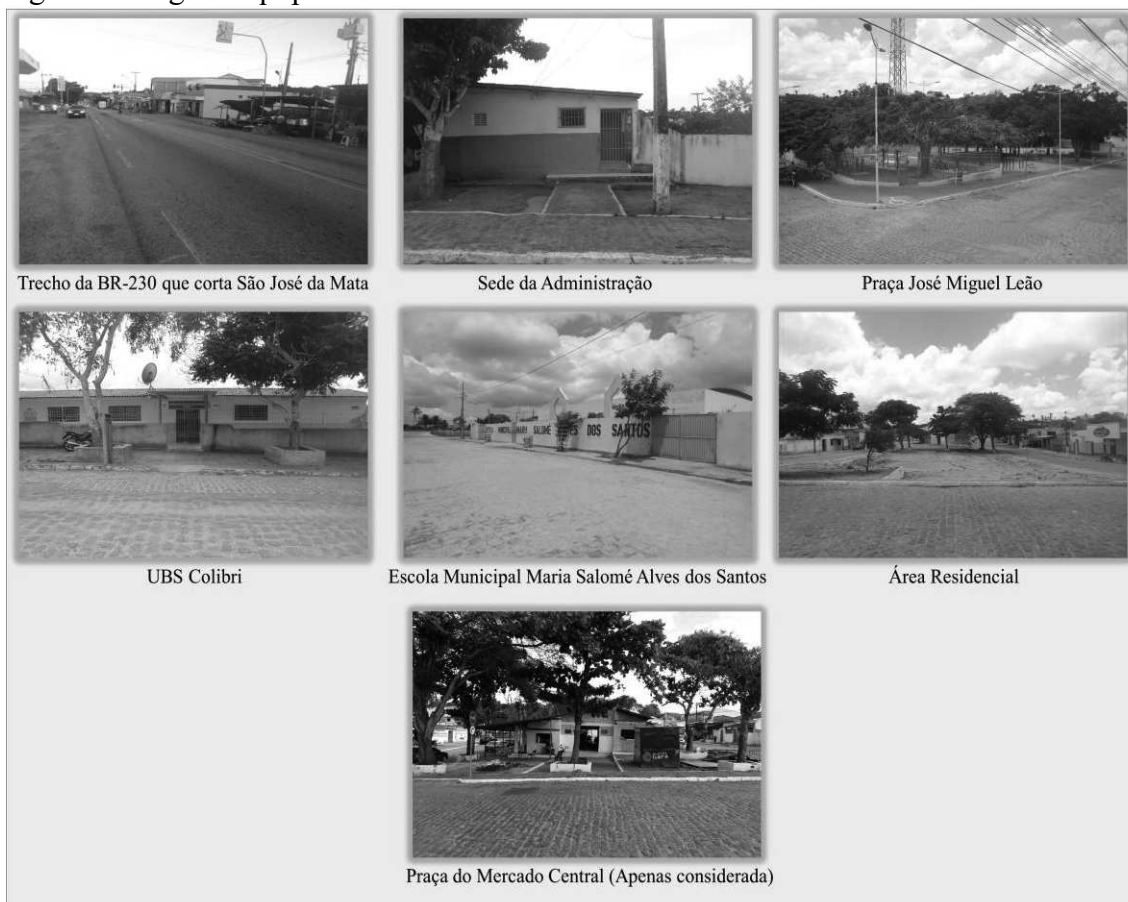


### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A emancipação política de um lugar antes de tudo deve ser algo de interesse principalmente dos moradores locais, pois serão esses os mais afetados com as mudanças que podem vir a ocorrer no lugar. O Distrito de São José da Mata possui 13.058 habitantes, um número bastante considerável quando comparado a outros municípios já emancipados no Estado da Paraíba, a exemplo de Parari que possui 1.256 habitantes sendo considerado o menor município do estado de acordo com dados do IBGE (2010).

Porém, não é apenas a quantidade de pessoas que habitam o lugar que podem transformá-lo em município, por trás de todo o processo de emancipação ao qual já se tem conhecimento. Existem opiniões de pessoas que se importam com o seu lugar e que sem dúvida só querem o melhor para ele. São essas pessoas que devem ser ouvidas, pois as transformações ocorridas no lugar também farão parte da vida delas. No entanto, o distrito apresenta na atualidade alguns equipamentos urbanos que não são vistos em muitos municípios paraibanos (Figura 3), além de demonstrar um percentual populacional acima de vários.

Figura 3 - Alguns equipamentos urbanos do Distrito de São José da Mata



Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O plebiscito, que é uma das etapas do processo de emancipação política, atua fazendo esse papel. Plebiscito vem do latim (*plebis + scitum*) e, originariamente, designava, na Roma antiga, a decisão soberana da plebe, expressa em votos (GALVÃO, 2008, p. 37). Pode-se considerar então o plebiscito como a voz do povo e instrumento de grande importância para as decisões tomadas.

Para Galvão (2008, p.37):

O plebiscito, que é um instituto típico da democracia semidireta, consiste na possibilidade de o eleitorado deliberar sobre determinada questão de relevo para os destinos do país, mediante escolha entre opções. A decisão soberana do plebiscito tem efeito vinculante, ou seja, as autoridades públicas não podem tomar posição diferente da definida pelo povo. Cabe salientar que o plebiscito é instituto apto a promover a participação do povo numa infinidade de matérias de interesse social.

Atualmente, o Distrito de São José da Mata apresenta uma política de submissão econômica, social, cultural ao Município de Campina Grande que há algum tempo é a única solução para a população menos favorecida economicamente, que depende diretamente dos trabalhos e empregos ofertados pela sede do município. Quando confrontada à opção pela emancipação política do distrito, os mesmos relatam que é cada vez mais necessária a sua emancipação, devido aos altos custos e transtornos consequentes da população local diante das diretrizes promovidas pela gestão municipal.

Para que os moradores passassem a entender o que seja a emancipação política do Distrito de São José da Mata, foi realizado um questionário aplicado a 50 moradores, que teve por finalidade verificar a opinião desses sobre a possível emancipação. No questionário que apresentou 15 questões, sendo 6 de aspectos pessoais e 9 de análise sobre a emancipação política, dentre estas perguntas abertas e de múltipla escolha, foram levantadas questões como: 1. Pontos positivos e negativos caso ocorra a emancipação política?; Se o distrito tem condições favoráveis econômicas, políticas e sociais de se tornar um município independente?; Qual seria o serviço considerado mais urgente para o distrito?; Qual a alegação mais importante para que o distrito se torne um município?; Se os moradores são a favor ou contra?.

A primeira parte do questionário se deu por análise dos aspectos pessoais, no qual 26 entrevistadas são do sexo masculino, representando 52% da pesquisa realizada, e 24 do sexo feminino, correspondendo a 48%.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 18 a 66 anos, sendo a maioria com idade entre 42 a 49 anos, representando 24% do total, e com idades entre 18 a 25, referente a 22%, mostrando que a participação nos interesse da comunidade vai desde os

jovens que atualmente se mostram mais interessados por mudanças e melhorias de vida, como também dos mais velhos que já carregam uma vasta experiência e conhecem a trajetória do distrito, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Faixa etária dos moradores que almejam a emancipação política do distrito

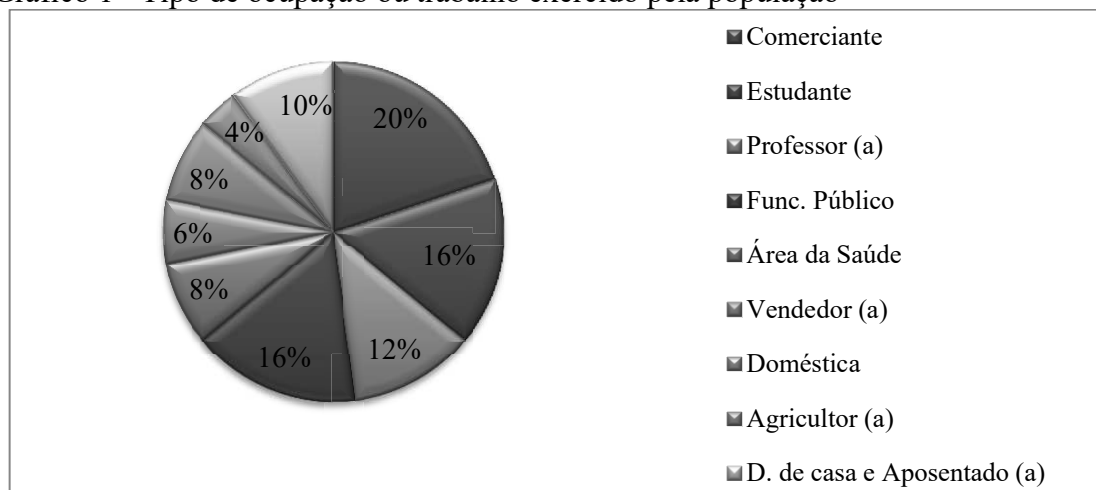
<b>Faixa Etária</b>	
18 a 25 anos	22%
26 a 33 anos	10%
34 a 41 anos	20%
42 a 49 anos	24%
50 a 57 anos	16%
58 a 65 anos	0%
66 a 70 anos	8%
Acima de 70 anos	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Quanto à naturalidade dos entrevistados, 78% pertencentes a Campina Grande. Pode-se relacionar isso ao fato de que não existe nenhum hospital ou maternidade no distrito, sendo dessa forma esse tipo de serviço recorrente a Cidade de Campina Grande. Os demais com naturalidade decorrente de outros municípios representam 22% da população total do distrito. Conseqüentemente, o tempo de residência apresentou os mesmos números percentuais, sendo que 78% moram no lugar desde que nasceram e 22% residem no distrito entre 10 a 20 anos.

Também foi identificado o tipo de ocupação ou trabalho exercido pelos entrevistados, no qual foi observada a preocupação de se buscar segmentos remunerados como carteira assinada. Como demonstra o Gráfico 1, as atividades exercidas ou ocupações dos habitantes do distrito que mais se destacaram foram: comerciante, estudante, funcionário público, professor, área de saúde, doméstica, vendedor e agricultor. Pela ordem citada, percebe-se que a atividade que mais se destaca é o da área comercial, o que corresponde a 20%, enquanto o setor agrícola aparece com apenas 4%. Isso demonstra a falta de políticas públicas voltadas para a agropecuária no distrito.

Gráfico 1 - Tipo de ocupação ou trabalho exercido pela população



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Pela leitura do referido Gráfico, 50% das residências têm uma pessoa que exerce atividade remunerada. O percentual de residências que têm duas pessoas exercendo atividade remunerada é de 20%, enquanto as residências compostas por cinco pessoas, 80% recebem pelo trabalho que exercem.

Como se podem observar os tipos de ocupação que apresentou maior percentual foi o de comerciantes, representando 20% do total. Acredita-se que o comércio seja um fator de grande importância para o funcionamento e desenvolvimento econômico de uma cidade. Dessa forma, esses 20% correspondente refletem os comerciantes formais e informais que estão estabelecidos há vários anos no distrito. O comércio não só gera economia como também cria uma cidade.

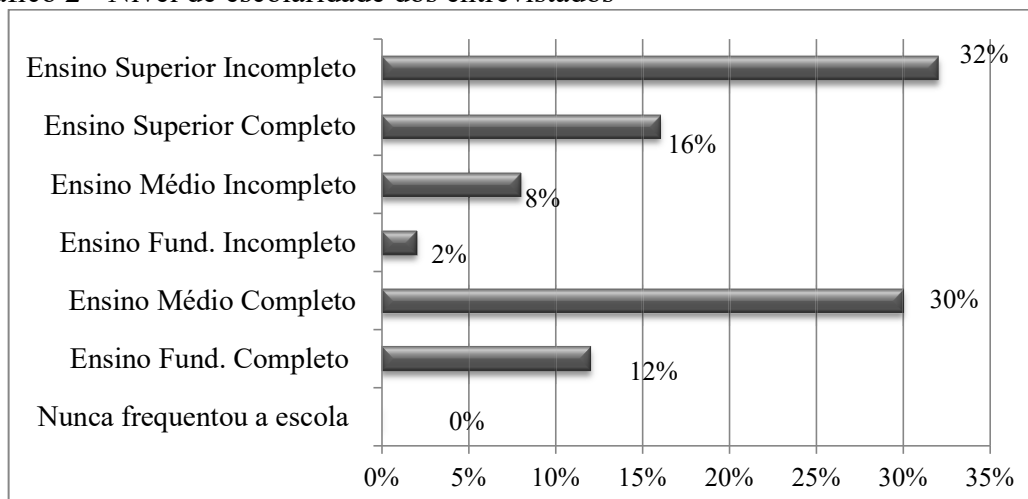
Salgueiro e Cachinho (2009, p. 10) dizem que:

O comércio faz cidade ao atrair clientes e mercadorias, ao vivificar determinadas áreas e precipitar o declínio de outras, mas a sua evolução, do ponto de vista econômico e espacial, é também influenciada pelas mudanças da sociedade, a transformação dos valores e estilos de vida, a evolução dos aglomerados e as metamorfoses da estrutura urbana.

Ou seja, ele faz parte da cidade e se transforma de acordo com a necessidade da população. No caso do Distrito de São José da Mata, que atualmente se encontra com um setor comercial diversificado, se torna necessário buscar a opinião da categoria, e ver o ponto de vista de quem está diariamente observando uma parte da movimentação econômica do lugar.

No perfil dos entrevistados não apresentou nenhum analfabeto e a escolaridade variou do Ensino Fundamental Incompleto ao Ensino Superior Completo, sendo a maioria estudantes universitários, representando 32%, como mostra a Gráfico 2.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O distrito conta com um grande número de escolas atendendo a população não apenas da localidade como também de outras cidades circunvizinha, a exemplo de Pocinhos e Puxinanã. Tendo em vista a importância de uma base educacional é preciso que se leve em consideração o nível de escolaridade dos entrevistados, pois assim pode-se compreender de onde vem o conhecimento obtido por eles a respeito do assunto. Seja esse conhecimento adquirido de forma empírica ou científica, foi necessário buscar saber mais sobre aquilo que se quer relatar.

De forma bem simples, no processo do conhecimento, quem conhece consegue de certo modo, apropriar-se do objeto que conheceu (FACHIN, 2005, p.17). O pensamento de Fachin confirma que em qualquer situação para se defender uma ideia ou uma opinião de forma coerente é necessário que se tenha um pré-conhecimento daquilo que se está debatendo.

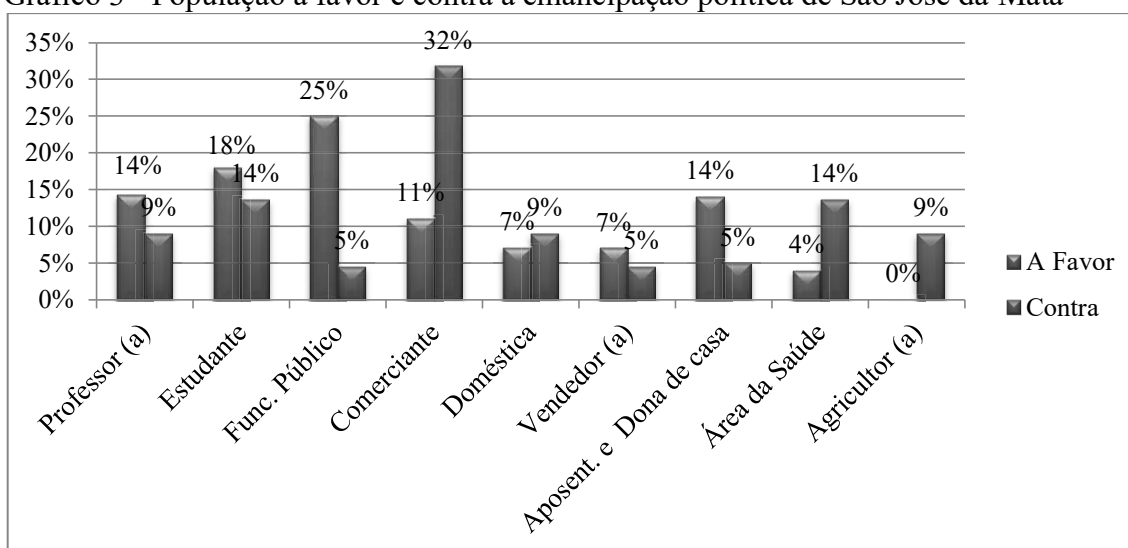
Nesse aspecto, o debate aqui referenciado é pela emancipação política de São José da Mata, que par Bremaeker (1993), essas justificativas possuem íntima relação entre si, como por exemplo, o descaso por parte da administração do município de origem e sua grande extensão territorial, pois quanto mais distante estiver à população da sede do município mais difícil será atender aos seus anseios socioeconômicos e políticos da população.

Posteriormente, iniciou-se a segunda parte da entrevista quando foi questionado o que se entende pela emancipação do Distrito de São José da Mata, no qual 66% dos entrevistados demonstraram conhecimento simples e sem muita profundidade no assunto, ou seja, demonstrou entender de uma forma geral o conceito de emancipação política. Os outros 34% responderam entender melhor o funcionamento do processo de

emancipação, como causas, consequências, limitações e possibilidades de avanço do distrito. Essa parcela foi representada pelos entrevistados que frequentam a universidade e profissionais como professores, servidores públicos e políticos locais.

Uma das principais indagações é a posição com relação a ser a favor ou contra a emancipação do distrito. Dos 50 entrevistados, 56% se disseram serem a favor da emancipação, enquanto 44% afirmaram serem contra. Dentre os trabalhadores que se disseram ser a favor, a maioria tem por ocupação cargo de servidor público representando 25%. Dos 44% que são contra a emancipação a maioria são comerciantes formais e informais, representando 32% desse percentual (Gráfico 3).

Gráfico 3 - População a favor e contra a emancipação política de São José da Mata



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Noronha (1996, p. 29) afirma que:

Estudos revelam que os motivos para emancipação dos municípios refletem as características de cada lugar, que diferem significativamente ao longo do território brasileiro. Isto mostra que as mesmas leis, para um território extenso e com diversas realidades como o do Brasil, constituem-se numa restrição à eficiência do processo de fragmentação territorial. Em alguns casos, como acontece para os grandes municípios da região Nordeste do país, a emancipação municipal, a medida que aumente a ocupação territorial e, por consequência, o nível de atividade econômica local, talvez seja necessária. No caso de regiões estagnadas, a emancipação irá se constituir em maiores gastos legislativos e de pessoal e provavelmente não será, sozinha, capaz de promover o desenvolvimento local. Em municípios com atividade econômica suficiente, talvez a emancipação possa ser evitada com uma mudança de cultura dos administradores dos municípios aos quais pertencem as áreas que pleiteiam a emancipação.

É importante observar que a maioria das pessoas que não são a favor são os comerciantes locais. Essas pessoas que estão diariamente em contato com uma parcela da economia local não acreditam que o distrito possui condições econômicas suficiente

para se manter enquanto cidade. A maioria a favor são pessoas que ocupam cargos públicos; já essas são as que estão diariamente lidando com recursos públicos e acreditam na capacidade de uma boa administração.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal divulgou, na sua Revista de Administração Municipal, os resultados de uma pesquisa em que se procurou identificar – perguntando diretamente aos novos prefeitos – quais os motivos que levam à criação do município. A resposta mais frequente foi a alegação de “descaso por parte da administração do município de origem”, apontada por 62,9% dos prefeitos dos novos municípios (BREMAEKER, 1993, p.23).

É interessante ressaltar a opinião dos políticos locais, já que de certa forma os mesmo poderiam adquirir vantagens, caso o distrito venha a se tornar um município, pois sem dúvida haveria a possibilidade de se elegerem na localidade. Dos 50 entrevistados, 3 são classificados como políticos locais, e todos se manifestaram a favor da emancipação. Porém, nenhum exerce cargo político atualmente, pois não conseguiram se eleger durante a última eleição municipal de 2016. Mas os mesmo continuam participando das ações sociais realizadas na localidade.

Foi questionado na entrevista quem ganha ou quem perde com a emancipação política do distrito. Desses 40% acreditam que São José da Mata ganha, no entanto dessa forma, haveria uma administração voltada para o lugar, utilizando recursos próprios e trazendo mais incentivos para geração de emprego e investimentos necessários. Contradizendo essas afirmações 36% dos entrevistados acreditam que o distrito perde com a emancipação, alegando que o lugar não possui boa estrutura econômica e depende muito de Campina Grande. Ainda afirmam que grupos políticos que atuam no distrito há vários anos tirariam vantagens e com isso aumentaria a corrupção.

Nenhum dos entrevistados afirmou que Campina Grande ganharia com o desmembramento do distrito, 24% disseram que Campina Grande apenas perderia tanto em números populacionais como em territorial e eleitorado. Como já foi visto o distrito cobre 126,86km<sup>2</sup> de área, o que corresponde a 21,3% da área total de seu município pertencente, Campina Grande, ocupando uma área bastante considerável (IBGE, 2010). O distrito ainda é considerado um dos maiores colégios eleitorais de Campina Grande.

Os entrevistados ainda afirmam que o distrito só ganharia se houvesse pessoas competentes na sua administração. Percebe-se que uma das grandes preocupações dessas pessoas, independente de sua posição, é que o distrito acabe em mãos de maus políticos. Isso é uma questão delicada e que afeta todo país. Portanto, sabe-se que isso é um fato que depende unicamente da própria população. Está nas mãos do povo escolher

seus representantes e posteriormente cobrar dos eleitos o trabalho que deve ser realizado.

Quando perguntado se São José da Mata tem condições favoráveis, econômicas, políticas e sociais de se tornar um município independente, 44%, ou seja, todos que não são a favor da emancipação responderam que não, os 56% restante que são a favor responderam que sim, justificando a maioria das respostas como fator principal o seu número populacional. Apesar de acreditarem no potencial do distrito ainda existe a preocupação com a insuficiente empregabilidade do lugar, pois dessa forma não haverá uma boa arrecadação e o lugar passaria a viver apenas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Apesar de o comércio ter se expandido nos últimos anos e a existência de algumas empresas do ramo industrial terem se instalado na localidade, ainda há uma grande dependência do distrito com Campina Grande em aspecto ocupacional. Caso não haja incentivos para geração de novos empregos, como a instalação de novas empresas, teríamos apenas a criação de uma espécie de Cidade-Dormitório, que apesar de ter sua independência administrativa continua tendo dependência econômica de outro município.

De acordo com Ojima et al. (2008, p. 3-4):

[...] A característica que realmente marca uma cidade-dormitório é o fato que nela os seus habitantes saem para trabalhar em outra cidade, voltando apenas para dormir, sendo, portanto, a mobilidade pendular um elemento característico importante para o melhor entendimento desse objeto de estudo.

O movimento pendular é uma realidade do distrito atualmente, pois a grande maioria da sua classe trabalhadora possui ocupação nas grandes cidades do estado. Atualmente, esse fenômeno social tem sido tratado de forma mais positiva, a exemplo disso encontramos inúmeros trabalhos com análises das grandes cidades e suas regiões metropolitanas. Mas no caso de São José da Mata, o que se busca é seu próprio crescimento econômico, social e político.

O processo de criação de municípios muitas vezes provoca efeitos colaterais positivos que não são facilmente detectados. Isto ocorre, por exemplo, em relação ao êxodo rural. O argumento que lhe parece definitivo: aliás, não é de nosso conhecimento, até hoje, que a comunidade de algum novo município tenha manifestado a vontade de retornar à situação anterior (...), muito pelo contrário (BREMAEKER, 1993, p. 36).

Dessa forma, buscou-se saber dos entrevistados se eles acreditam que para um maior desenvolvimento social, político e econômico do distrito são necessários a sua emancipação política. E mais uma vez todos que são contra a emancipação afirmaram



que não, os demais acreditam que a emancipação trará consigo mais desenvolvimento, mas em suas opiniões, pra isso é necessário que haja uma boa administração elegendo representante de preferencia locais e comprometidos com o lugar.

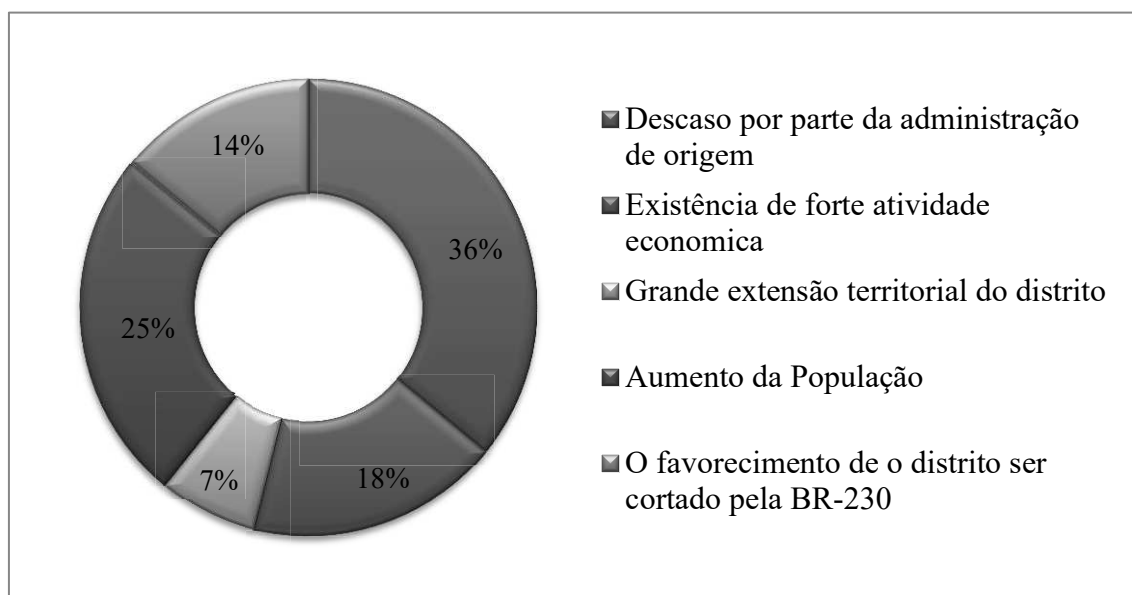
Como tudo é preciso que se vejam os pontos positivos e negativos, portanto foi perguntado se eles existiam e quais seriam esses pontos caso São José da Mata se torne um município. 36% citaram apenas pontos positivos como administração voltada para o lugar, recebimento do FPM, melhores investimentos na saúde, educação e lazer.

Portanto, 32% apresentaram apenas pontos negativos alegando desmembramento com Campina Grande como um deles e chances de aumento na corrupção política se não for bem representada. 28% citaram pontos positivos e negativos, porém com as mesmas alegações reafirmando a autonomia politica e financeira como algo bom para o lugar, porém preocupados com a possibilidade de esgotamento dos cofres públicos por falta de arrecadação.

Para os moradores entrevistados, todos acreditam que em termos de investimentos administrativos por parte do poder municipal existem serviços que são considerados urgentes para o lugar. Foram marcados pontuados segmentos como hospital, saneamentos básico, bancos, multibank, melhorias em escolas, posto de saúde, creches. Um ponto que foi unanime que é a geração de empregos e renda para a população, por meio de investimentos e abertura em postos de trabalho em serviços públicos e privados, como a instalação de indústria e pontos comerciais e de serviços em grande escala.

Na entrevista foram levantadas algumas hipóteses que poderia servir como motivos importantes para a possível emancipação do distrito. Para os entrevistados a favor da emancipação, a alegação mais apontada foi o descaso por parte da administração do município de origem com 36%, em seguida 25% alegam a mais importante o aumento da população (Gráfico 4). Os moradores contra a emancipação, só acreditam que isso só seria possível caso o distrito apresentasse uma forte existência de atividade econômica no lugar.

Gráfico 4 - Principais alegações dos entrevistados a serem a favor da emancipação política do distrito



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Independente do posicionamento com relação à emancipação é preciso enxergar num todo qual a realidade apresentada pela localidade, e com isso dizer se realmente acredita que o Distrito de São José da Mata seja emancipado. Verificou-se que diante de todas as opiniões dessas pessoas entrevistadas 58% não acreditam que a emancipação chegue ao lugar. Mesmo sendo a favor, algumas delas acham que essa transformação não ocorrera tão logo ou de forma simples, visto que, além das questões políticas que tem atrasado a abertura do processo, o distrito ainda precisa dar alguns passos e provar a sua capacidade de ser independente.

Por outro lado, 42% acreditam que emancipação acontecerá e as mudanças só ocorrerá com ela. Essas pessoas não esperam, apesar de querer, que o distrito tenha algum avanço sem um gerenciamento de próprios recursos. Para eles o potencial que o distrito possui esta sendo desperdiçado, por falta de mais atenção por parte do poder público.

Muito mais do que dados percentuais e números, algo que podemos extrair nas falas dos moradores entrevistados é o sentimento de lugar. Cada opinião expressada revela o pertencimento existente nesses moradores para com o distrito. A maioria dos entrevistados está na localidade à vida inteira, e dessa forma acaba por criar raízes. Sabemos que o lugar é mais do que um espaço geográfico e que também esta ligada a relações afetivas que são vivenciadas naquele ambiente, como já foi visto no início do tra-

balho. Embora essas pessoas possuam opiniões diferentes elas compartilham de algo em comum que é a afetividade e as diversas experiências vividas nesse local.

Diante da repercussão da possível emancipação do Distrito de São José da Mata, o assunto também ganhou as redes sociais, onde foi montado uma página na internet com título “*Movimento Social de Luta pela Emancipação do Distrito de São José da Mata*”, em que são feitas postagens de imagens do distrito, notícias sobre os andamentos dos processos políticos de emancipação e assuntos que envolvem o distrito e a sua luta pela emancipação.

O assunto também chamou a atenção da TV Aberta, em que o Jornal da Paraíba realizou uma reportagem no dia 23 de Outubro de 2013, com entrevistas aos moradores do distrito e a participação de um Cientista Político discutindo a questão. Nessa reportagem também foi realizado um enquete para saber a opinião dos moradores resultando em 47% responderam sim a emancipação e 53% responderam não.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios envolve um processo complexo e não só depende dos anseios da população. É preciso que o lugar esteja dentro dos parâmetros exigidos pela lei. O Distrito de São José da Mata até o atual momento se encaixa nos critérios preliminares do atual PLS N° 199 de 2015, em termos populacionais quanto à exigência para a área da região Nordeste.

Já em termos de viabilidade municipal o lugar possui uma boa estrutura urbana e extensão territorial abrangendo também áreas rurais, além de dispor de estrutura econômica considerada razoável. No contexto ambiental está não se encontra em nenhuma área indígena, restando saber o apoio da população em plebiscito a fim de elevar o desenvolvimento de um movimento pela emancipação política do distrito.

Embora o distrito não esteja atualmente com o processo em aberto o assunto é muito polêmico na localidade, havendo discussões que vão desde as rodas de conversas a debates na rádio local e entrevistas realizadas com cientistas políticos na TV Aberta de Campina Grande. O assunto também é bastante discutido nas redes sociais. É comum que a sua própria população se preocupe com o futuro da localidade e se para uma parte dessa população o distrito não possui boa estrutura para emancipar-se a outra acredita que ela não só possui como pode crescer ainda mais.

Tendo em vista as diversas opiniões, a entrevista dessa pesquisa que foi realizada foi de grande importância, pois se levantou questionamentos diante da população local sobre o que os mesmos pensam da real situação do lugar. A pesquisa ainda foi importante, pois esclareceu os motivos pelos quais esses moradores querem ou não a emancipação. Essa investigou o quanto eles conhecem o seu próprio lugar; os desafios a falarem suas opiniões sobre a provável emancipação; e mostrou as insatisfações e os almejos que essa localidade busca alcançar.

De fato nessa pesquisa a maioria se mostrou a favor, mas no fim a maior parte não acredita que o distrito se emancipe tão facilmente, mesmo acreditando em seu potencial, pois algumas coisas ainda precisam ser mudadas a exemplo do recebimento de maiores investimentos. Nesse sentido, vê-se que a população está ciente que a caminhada ainda é longa e para que de fato isso ocorra é preciso maiores transformações e fortes lutas. É preciso que haja a união de todos para que aconteçam as melhorias requisitadas, sempre buscando, cobrando e fiscalizando, pois só assim haverá as mudanças necessárias.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ARAÚJO, J. G. A Representação de São José da Mata a Partir da Memória de Seus Moradores (1950-1960). *Monografia de Graduação*. João Pessoa: UEPB, 2010. 58p.

BEZERRA, J. S. O Território como um Trunfo: Um Estudo Sobre a Criação de Municípios na Paraíba (Anos 1990). *Dissertação (Mestrado)*. Curso de Geografia. João Pessoa: UFPB, 2006. 163 f.

BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P.; NUNES, M. As Diferentes Abordagens do Conceito de Território. 2004. *Dissertação (Mestrado)*. Curso de Geografia. São Paulo: FCT/UNESP, 2004. 100p.

BRASIL. *Projeto de Lei do Senado Federal Brasileiro - Nº 199, de 2015*. Senado Federal Brasileiro. Brasília: Distrito Federal, 2016. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125685>. Acesso: 29/02/2016.

---

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (Org.). *O Que Você Precisa Saber Sobre as Transferências Constitucionais Relativas aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios: Cartilha FPE e FPM*. 2011. Disponível: <<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>>. Acesso: 13 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966*. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1966.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei N° 1.881, de 27 de agosto de 1981*. Altera a Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1991.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional N° 15, de 1965*. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1965.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010 do Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, 2010.

BREMAEKER, F. E. J. *Os Novos Municípios: surgimento, problemas e soluções*. Revista de Administração Municipal, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

CAMPINA GRANDE-PB. Moradores de São José da Mata, em Campina Grande, falam sobre emancipação do município. Campina Grande: Tv Paraíba, 2013. (7 min.), son., color. Disponível: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1edicao/videos/v/moradores-de-sao-jose-da-mata-em-campina-grande-falam-sobre-emancipacao-do-municipio/2919107/>>. Acesso: 02 fev. 2018.

CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Cidade*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 56-66.

CIGOLINI, A. A. Análise do Processo de Criação de Municípios no Brasil. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá. *Anais*. Bogotá: Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012. p. 1 - 12.

CLAVAL, Paul. *Terra dos Homens: A geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

CNM. *Confederação Nacional dos Municípios – Finanças Públicas: Noções Básicas para os Municípios*. Brasília- Distrito Federal: CNM, 2008.

CPRM. *Serviço Geológico do Brasil*. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Campina Grande - Estado da Paraíba. Recife-PE: CPRM/PRODEEM, 2005. 8p.

FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p.1-207.

GALVÃO, R. C. S. *Socialização da Política: o papel da Educação*. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.2, no. 1, p. 33-42, jun. 2008. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>

LISBOA, S. S. *A Importância dos Conceitos da Geografia para a Aprendizagem de Conteúdos Geográficos Escolares*. Colégio de Aplicação – COLUNI. UFV: Universidade Federal de Viçosa, 2012.

MAGALHÃES, J. C. *Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil*. In: CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A. *Dinâmica dos Municípios*. Brasília: IPEA, 2008. Cap. 1. p. 1-40.

MAPSOFWORLD. *Paraíba com Destaque para o Município de Campina Grande-PB*. Disponível: <https://pt.mapsofworld.com/brasil/estados/paraiba.html>. Acesso: 11/05/2017.

NORONHA, R. *Criação de Novos Municípios: o processo ameaçado*. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 110-117, abr./dez. 1996.

OJIMA, Ricardo et al. *Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?*. 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1832/1791>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. Cidade e Município: qual é a diferença?. *Brasil Escola*. Disponível: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidade-municipio-qual-diferenca.htm>>. Acesso: 06/03/2017.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. *Histórico do Distrito de São José da Mata*. Campina Grande-PB: PMCG, 2014.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comercio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRARAS, C. *Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio e Janeiro: Armazém das letras, 2009, p. 09-34.

SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, L. E. O Sentido e o Significado Sociológico de Emancipação. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, n.11, v.03, p. 751-765, set./dez. 2013.

TODA MATÉRIA. *Zona Urbana e Zona Rural*. Disponível: <https://www.todamateria.com.br/zona-rural-e-zona-urbana>. Acesso: 06/03/2017.

WIKIPEDIA. Campina Grande com Destaque para o Distrito de São José da Mata. Disponível: [https://pt.wikipedia.org/\\_Jos%C3%A9\\_da\\_Mata\\_\(Campina\\_Grande\)#/media/File:Mapa\\_Campina\\_Grande\\_\(S%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_da\\_Mata\).png](https://pt.wikipedia.org/_Jos%C3%A9_da_Mata_(Campina_Grande)#/media/File:Mapa_Campina_Grande_(S%C3%A3o_Jos%C3%A9_da_Mata).png). Acesso: 11/05/2017.





Universidade Estadual da Paraíba  
 Centro de Educação  
 Departamento de Geografia  
 Curso de Licenciatura Plena em Geografia

## QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA / CAMPINA GRANDE-PB

Nº / Entrevista/Questionário: \_\_\_\_\_

### I – Aspectos Pessoais

- a) Sexo: Masculino    Feminino
- b) Idade: 18 a 25 anos    26 a 33 anos    34 a 41 anos    42 a 49 anos  
           50 a 57 anos    58 a 65 anos    66 a 70 anos    Acima de 70 anos
- c) Naturalidade:                      Próprio    distrito/município                      Outro:  
 \_\_\_\_\_
- d) Tempo que reside no distrito: 1 a 5 anos    6 a 10 anos    11 a 15 anos    16 a 20 anos  
 21 a 25 anos    26 a 30 anos    31 a 40 anos    41 a 50 anos    51 a 60 anos    61 a 70 anos  
 anos    Acima de 70 anos
- e) Nível de escolaridade que possui?
- |                             |                               |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Nunca frequentou a escola   | Ensino fundamental incompleto |
| Ensino fundamental completo | Ensino médio incompleto       |
| Ensino médio completo       | Ensino superior incompleto    |
| Ensino superior completo    |                               |
- f) Tipo de ocupação ou trabalho? \_\_\_\_\_

### II – Análise da Emancipação Política

- a) O que você entende por emancipação política do Distrito de São José da Mata em município?
- b) Quanto à emancipação do distrito você é: A favor    Contra
- c) Escolha apenas uma das respostas. Quem ganha e quem perdem com a emancipação política do distrito?  
 O próprio distrito de São José da Mata. Por que? \_\_\_\_\_  
 Campina Grande. Por que? \_\_\_\_\_
- d) Você acha que o do Distrito de São José da Mata tem condições favoráveis econômicas, políticas e sociais de se tornar um município independente: Sim    Não. Se sim, qual destes fatores você destacaria como mais favorável? \_\_\_\_\_. Por que? \_\_\_\_\_

- e) Você acredita que para um maior desenvolvimento social, político e econômico do Distrito de São José da Mata sé necessário a sua emancipação política? :

Sim Não. Se sim, por que? \_\_\_\_\_

- f) Em sua opinião, existem pontos positivos ou negativos, caso o Distrito de São José da Mata se torne um município? Sim Não

Cite os pontos positivos: \_\_\_\_\_

Cite os pontos negativos: \_\_\_\_\_

- g) Quanto às prioridades em termo de investimentos administrativos por parte do poder municipal, qual seria o serviço que você elencaria como mais urgente?

Escolas Hospital Postos de saúde Saneamento básico Praças Calçamento

Creches Mercado público Geração de empregos Bancos, casas lotéricas e *multibank*

Outros: \_\_\_\_\_

- h) Elenque a principal alegação que você acha importante para que o Distrito de São José da Mata se torne um município?

Descaso por parte da administração do município de origem

Existência de forte atividade econômica de São José da Mata

Grande extensão territorial do distrito

Aumento da população local

O favorecimento de o distrito ser cortado pela BR 230

Outro: \_\_\_\_\_

- i) Você acredita que o Distrito de São José da Mata seja emancipado? Sim Não

Qual a sua confiabilidade de 0 a 10?

0 1 2 3 4 6 7 8 9 10

De acordo com o nível corresponde, pergunto por que? \_\_\_\_\_